

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM 2 (DUAS) SÉRIES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. – SANEAGO

Pelo presente instrumento particular, de um lado, como emissora,

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. – SANEAGO, sociedade por ações de economia mista com registro de companhia aberta na categoria B, com sede na cidade de Goiânia, estado de Goiás, na Avenida Fued José Sebba, n.º 1.245, Jardim Goiás, CEP 74.805-100, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o n.º 01.616.929/0001-02, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de Goiás (“JUCEG”) sob o NIRE 52.3.0000210-9, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Emissora”);

e, de outro lado,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na Av. das Américas no 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, na condição de agente fiduciário da presente emissão, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora (“Debenturistas” e, individualmente, “Debenturista”), neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Agente Fiduciário” sendo a Emissora e o Agente Fiduciário referidos em conjunto como “Partes” e individual e indistintamente como “Parte”);

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, celebrar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Saneamento de Goiás S.A. – SANEAGO” (“Escritura de Emissão”, “Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), em observância aos seguintes termos e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido) são celebrados de acordo com a deliberação da 323ª Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 24 de julho de 2015 (“RCA”), na qual foram deliberadas (a) a aprovação da Emissão e da Oferta Restrita (conforme definido abaixo), bem como seus termos e condições; (b) a outorga da Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo); e (c) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na RCA.

**CLÁUSULA II
DOS REQUISITOS**

2.1. **Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais**

2.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Oferta Restrita” e “Instrução CVM 476”, respectivamente). Nos termos da Instrução CVM 476, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a CVM.

2.1.2. A Emissão será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”), exclusivamente para fins de informar a base de dados, por se tratar de oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476 e nos termos do parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, condicionado à expedição de diretrizes específicas para o cumprimento da obrigação.

2.2. Registro na JUCEG e Publicação da Ata da RCA

2.2.1. A ata da RCA será devidamente arquivada na JUCEG, e publicada (i) no Diário Oficial do Estado de Goiás, (ii) no jornal “Diário da Manhã (Goiânia)” e (iii) “Jornal O Popular”, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

2.3. Registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados pela Emissora na JUCEG, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. Sem prejuízo do disposto no item 6.5, alínea (e), desta Escritura de Emissão, 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, devidamente inscritos na JUCEG, deverão ser enviados ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) Dias Úteis contados das respectivas datas de registro. Para fins desta Escritura de Emissão, “Dia Útil” significa qualquer dia de segunda à sexta-feira, exceto sábado, domingo e feriado declarado nacional.

2.4. Registro para Distribuição Negociação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP.

2.4.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.3. As Debêntures somente poderão ser objeto de negociação depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e observado o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

2.5. Constituição da Garantia Real

2.5.1. O Contrato de Cessão Fiduciária será registrado previamente à Data de Liquidação da Primeira Série em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Goiânia, estado de Goiás e da cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na forma prevista na Lei nº 6.015 de 31 de dezembro 1973, conforme alterada. A Emissora deverá colocar à disposição do Agente Fiduciário os comprovantes dos registros acima referidos em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da obtenção de referidos registros.

2.5.2. Sem prejuízo da caracterização da hipótese de vencimento antecipado por descumprimento de obrigação não pecuniária, nos termos desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído, de forma irrevogável e irretratável, de todos os poderes necessários a promover os registros do Contrato de Cessão Fiduciária e de seus eventuais aditamentos, em nome da Emissora e caso esta não o faça, como seu bastante procurador, observado que a Emissora deverá ressarcir o Agente Fiduciário de todos os custos incorridos em razão dos referidos registros.

2.6. Projeto de Infraestrutura Considerado como Prioritário pelo Ministério das Cidades

2.6.1. A Emissão das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definido) é realizada nos termos do artigo 2º da Lei n.º 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“Lei n.º 12.431”), do Decreto Presidencial n.º 7.603/11, da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.947/11 e da Portaria do Ministério das Cidades n.º 111, de 5 de março de 2015, cuja cópia é parte integrante desta Escritura de Emissão como seu Anexo II (“Portaria 111/15”), que regulamenta as condições para aprovação dos projetos considerados como prioritários na área de infraestrutura.

**CLÁUSULA III
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

2

SP - 14507717v1

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto social explorar serviços de saneamento básico no estado de Goiás, mediante concessões, permissões ou autorizações; realizar pesquisa, lavra e comercialização de bens minerais, correlacionados com saneamento básico, fomentar e proteger o meio ambiente nos limites da legislação própria, mediante convênio e/ou colaboração com outros órgãos, e prestar serviços técnicos especializados de saneamento básico.

3.2. Séries

3.2.1. A Emissão será realizada em 2 (duas) séries.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$208.000.000,00 (duzentos e oito milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão"), sendo R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais) correspondentes à primeira série de Debêntures ("Primeira Série") e R\$118.000.000,00 (cento e dezoito milhões de reais) correspondentes à segunda série de Debêntures ("Segunda Série", sendo a Primeira Série e a Segunda Série denominadas individualmente como "Série" e em conjunto como "Séries").

3.4. Quantidade de Debêntures

3.4.1. Serão emitidas 20.800 (vinte mil e oitocentas) Debêntures, sendo 9.000 (nove mil) Debêntures da Primeira Série e 11.800 (onze mil e oitocentas) Debêntures da Segunda Série.

3.5. Destinação de Recursos

3.5.1. Os recursos captados pela Emissora com a as Debêntures da Primeira Série serão utilizados prioritariamente para (i) resgate da Cédula de Crédito Bancário nº CSBRA20150500134, emitida, em 05 de junho de 2015, pela Saneago em favor do Coordenador Líder no montante de emissão de R\$13.000.000,00 (treze milhões de reais); e (ii) a conclusão de projeto de infraestrutura denominado "Sistema de Produtor Mauro Borges", que visa à implantação de sistema de saneamento para atendimento da região metropolitana da cidade de Goiânia, estado de Goiás, e (iii) viabilização de sua operação.

3.5.2. A totalidade dos recursos captados pela Emissora com as Debêntures da Segunda Série serão utilizados para o desenvolvimento de projeto de infraestrutura denominado de "Sistema de Distribuição de Água João Leite", que visa à implantação de sistema de saneamento para atendimento da região metropolitana da cidade de Goiânia, estado de Goiás, e viabilização de sua operação, conforme detalhado no Anexo I a esta Escritura de Emissão ("Projeto"). O Projeto foi considerado prioritário pelo Ministério das Cidades nos termos da Portaria 111/15.

3.5.3. Caso a Emissora não utilize os recursos captados com as Debêntures da Segunda Série na forma prevista no item 3.5.2. acima, dando causa a seu desenquadramento da Lei n.º 12.431, a Emissora deverá arcar com a multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor captado não alocado no Projeto, a ser aplicada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

3.6. Número da Emissão

3.6.1. A presente Escritura de Emissão representa a 3ª (terceira) emissão de debêntures da Emissora.

3.7. Agente Liquidante e Escriturador Mandatário

3.7.1. O agente liquidante e escriturador mandatário da Emissão é a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na cidade do Rio de Janeiro, na Av. das Américas no 500, bloco 13, grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 ("Agente Liquidante" e "Escriturador Mandatário"), cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Agente Liquidante e Escriturador Mandatário na prestação dos serviços previstos nesta Escritura de Emissão.

3

SP - 14507717v1

3.8. Colocação e Procedimento de Distribuição das Debêntures

3.8.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, sob regime de garantia firme de colocação, de forma individual e não solidária, com a intermediação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.987.793/0001-33, na qualidade de coordenador líder (“Coordenador Líder”), e do Banco Santander (Brasil) S.A., inscrito no CNPJ sob nº 90.400.888/0001.42 (“Santander”, referido em conjunto com o Coordenador Líder como “Coordenadores”), conforme os termos e condições do “Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, da 3ª (Terceira) Emissão da Saneamento de Goiás S.A. – SANEAGO Nº CSBRA20150600111”, celebrado em 07 de agosto de 2015 entre a Emissora e os Coordenadores (“Contrato de Distribuição”).

3.8.1.1. Os Coordenadores organizarão plano de distribuição que poderá levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, do líder e do ofertante, de sorte que os Coordenadores deverão assegurar que o tratamento aos investidores seja justo e equitativo, a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes e que sejam cumpridas as demais disposições aplicáveis nos termos da legislação em vigor. O plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 e o disposto no Contrato de Distribuição.

3.8.1.2. O Coordenador Líder realizará procedimento de coleta de intenções de investimento junto aos investidores interessados em adquirir Debêntures da Segunda Série, de forma a apurar a demanda das Debêntures da Segunda Série em diferentes níveis de taxas de juros e definir o *Spread* da Segunda Série (conforme abaixo definido) aplicável à Remuneração das Debêntures da Segunda Série. (“Procedimento de Bookbuilding”).

3.8.1.3. Esta Escritura de Emissão será aditada para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, sem necessidade de consulta e autorização dos Debenturistas.

3.8.1.4. A Oferta Restrita será destinada, única e exclusivamente, a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM 476 e conforme definidos pela regulamentação vigente (“Investidores Qualificados”). No âmbito da Oferta Restrita, os Coordenadores poderão acessar até, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

3.8.1.5. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, e nos termos da Instrução CVM 476, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando, entre outras, estarem cientes de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições; e (iii) efetuou a sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade da Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido).

3.8.2. A Emissora não poderá realizar, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários objeto da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contado da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

3.8.3. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476.

3.8.4. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

3.8.5. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

CLÁUSULA IV
CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão das Debêntures

Data de Emissão da Primeira Série

4.1.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures da Primeira Série é o dia 14 de agosto de 2015 ("Data de Emissão da Primeira Série").

Data de Emissão da Segunda Série

4.1.2. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures da Segunda Série é o dia 14 de agosto de 2015 ("Data de Emissão da Segunda Série", referida em conjunto com a Data de Emissão da Primeira Série como "Data de Emissão").

4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.2.1. O valor nominal unitário de cada Debênture da Primeira Série e da Segunda Série é de R\$10.000,00 (dez mil reais) na respectiva Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.3. Forma e Conversibilidade

4.3.1. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.4.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo Escriturador Mandatário, por meio de extrato da conta de depósito a ser por ele emitido. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do titular da Debênture quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.6. Preço e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures da Primeira Série serão subscritas e integralizadas à vista, em uma única data, pelo seu Valor Nominal Unitário ("Data de Liquidação das Debêntures da Primeira Série"), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.6.2. As Debêntures da Segunda Série serão subscritas e integralizadas à vista, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Segunda Série e da Atualização Monetária da Segunda Série, desde a Data de Emissão da Segunda Série até a data da integralização, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.7. Prazo e Data de Vencimento

4.7.1. As Debêntures da Primeira Série têm prazo de vigência de 60 (sessenta) meses a partir da Data de Emissão da Primeira Série, vencendo, portanto, em 14 de agosto de 2020 ("Data de Vencimento da Primeira Série"), observados os termos e condições previstos no item 4.14. abaixo.

4.7.2. As Debêntures da Segunda Série têm prazo de vigência de 84 (oitenta e quatro) meses a partir da Data de Emissão da Segunda Série, vencendo, portanto, em 14 de agosto de 2022 ("Data de Vencimento da Segunda Série"), observados os termos e condições previstos no item 4.14. abaixo.

4.8. Atualização Monetária e Remuneração

Atualização Monetária da Primeira Série

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado monetariamente.

Remuneração da Primeira Série

4.8.2. A remuneração das Debêntures da Primeira Série contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Liquidação das Debêntures da Primeira Série, correspondentes a 100% (cem inteiros por cento) da variação acumulada das taxas diárias da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, acrescida de 10,35% (dez inteiros e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano (“Spread da Primeira Série”), com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, conforme o caso, das Debêntures da Primeira Série e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido no item 4.18.8 abaixo), de acordo com a fórmula abaixo (“Remuneração da Primeira Série”).

4.8.3. Os juros são calculados de forma exponencial e cumulativa, utilizando-se o critério *pro rata temporis* por dias corridos, desde a Data de Liquidação das Debêntures da Primeira Série ou a Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

4.8.4. O cálculo da Remuneração da Primeira Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J1 = VNe1 \times (FatorJuros1 - 1)$$

onde:

J1: valor unitário da Remuneração da Primeira Série devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe1: Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros1: Fator de juros, composto pelo parâmetro de flutuação, acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros1 = (FatorTJLP \times FatorSpread1)$$

onde:

FatorTJLP: Produtório da TJLP, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorTJLP = \prod_{k=1}^{n1} \left[\left(1 + \frac{TJLP_k}{100} \right)^{\frac{1}{360}} \right]$$

n1: Número total de dias corridos durante o Período de Capitalização em questão, sendo “n1” um número inteiro;

k: Número de ordem variando de 1 até n1;

TJLP_k: Taxa de Juros de Longo Prazo de ordem “k” expressa ao ano, com 4 (quatro) casas decimais (exemplo: se a Taxa de Juros de Longo Prazo for 6,00% ao ano, então TJLP_k será igual a 6,0000);

FatorSpread1: Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorSpread1 = \left(1 + \frac{Spread1}{100}\right)^{\frac{DP1}{360}}$$

onde:

Spread1: 10,3500 (dez inteiros e trinta e cinco centésimos);

DP1: É o número de dias corridos entre a Data de Liquidação das Debêntures da Primeira Série ou a última Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP1" um número inteiro;

Observações:

A TJLP deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo.

4.8.5. Caso a TJLP não tenha sido divulgada pelo Conselho Monetário Nacional quando da apuração da Remuneração da Primeira Série, será aplicada a última TJLP divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da TJLP.

4.8.6. Na ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da utilização e/ou extinção da TJLP por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis, após a data esperada para apuração e/ou divulgação e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da TJLP, a TJLP deverá ser substituída pelo seu substituto legal, que deverá refletir ao máximo a TJLP. No caso de não haver substituto legal, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis de Remuneração originalmente estabelecidos para a Primeira Série. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro de Remuneração da Primeira Série entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da Primeira Série, em primeira ou segunda convocações, a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures da Primeira Série, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em prazo superior que venha a ser em referida assembleia, pelo Valor Unitário de Resgate Antecipado. As Debêntures da Primeira Série adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para cálculo do valor das Debêntures da Primeira Série a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa TJLP divulgada oficialmente.

4.8.7. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, será aplicada a última TJLP que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora, quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da TJLP.

4.8.8. Caso a TJLP volte a ser apurada/divulgada e/ou sua utilização volte a ser permitida antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.8.6. acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a TJLP, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da TJLP nos termos deste item, a última TJLP divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.8.9. A Remuneração da Primeira Série será paga mensalmente, sempre no dia 15 de cada mês, sendo que o primeiro pagamento será devido em 15 de setembro de 2015 e o último na Data de Vencimento da Primeira Série (cada data, uma "Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série").

Atualização Monetária da Segunda Série

4.8.10. As Debêntures da Segunda Série terão seu Valor Nominal Unitário ou o saldo de seu Valor Nominal Unitário atualizado a partir da Data de Emissão da Segunda Série pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), calculado de

forma *pro rata temporis* por Dias Úteis, sendo o produto incorporado ao Valor Nominal Unitário, segundo a seguinte fórmula (“Atualização Monetária da Segunda Série” e “Valor Nominal Unitário Atualizado”):

$$VNa = VNe2 \times C$$

onde:

VNa: Valor Nominal Unitário Atualizado calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe2: Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, informado / calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

C: fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^{n2} \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{DUP}{DUt}} \right]$$

onde:

n2: número total de índices considerados na atualização monetária das Debêntures da Segunda Série, sendo “n2” um número inteiro;

k: número de ordem variando de 1 até n2;

NI_k valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao respectivo mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria Data de Aniversário das Debêntures da Segunda Série. Após a Data de Aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;

DUP: número de Dias Úteis entre a última Data de Aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo “dup” um número inteiro;

DUt: número de Dias Úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, sendo “DUt” um número inteiro.

Observações:

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Caso, no mês de atualização, o número-índice não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão.

Os fatores resultantes das expressões $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{DUP}{DUt}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.8.11. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Segunda Série, ou por determinação judicial, o IPCA deverá ser substituído pelo seu substituto legal, que deverá refletir ao máximo o IPCA. No caso de não haver substituto legal, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para que Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da Segunda Série, em primeira ou segunda convocações, deliberem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro para atualização monetária das Debêntures da Segunda Série. Até a deliberação do novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa produzida pelo último IPCA divulgado.

4.8.12. Caso o novo parâmetro de atualização monetária acarrete perda do benefício gerado pelo tratamento tributário previsto na Lei n.º 12.431 ou caso não haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.8.11 acima, os Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação da Segunda Série, em primeira ou segunda convocações, deverão escolher uma instituição financeira responsável pela determinação do novo parâmetro a ser utilizado (o qual, em qualquer hipótese, não poderá acarretar a perda do benefício gerado pelo tratamento tributário previsto na Lei n.º 12.431), dentre 3 (três) instituições financeiras indicadas pela Emissora, as quais deverão estar entre as 10 (dez) maiores instituições financeiras com base em patrimônio líquido. As despesas com a contratação da instituição financeira serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

4.8.13. Caso não seja obtido quórum de instalação e/ou de deliberação para aprovação de instituição financeira responsável pela determinação do novo parâmetro de Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série a Emissora deverá optar por uma das alternativas abaixo, a seu critério:

- (i) desde que após o 2º (segundo) ano contado da Data de Emissão da Segunda Série, adquirir a totalidade das Debêntures da Segunda Série, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em prazo superior que venha a ser definido de comum acordo em referida assembleia, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração da Segunda Série e eventuais encargos devidos. As Debêntures adquiridas deverão ser canceladas pela Emissora, caso exista referida regulamentação à época da aquisição, respeitados os termos da Lei n.º 12.431 e na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional; ou
- (ii) apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures da Segunda Série utilizando-se como índice de Atualização Monetária aquele aprovado em comum acordo por Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação da Segunda Série, em primeira e segunda convocação, em nova AGD, ou que seja majoritariamente adotado à época em operações similares em substituição ao IPCA, considerando, como data final de amortização, a Data de Vencimento da Segunda Série, sendo certo que o novo cronograma não poderá causar uma redução no prazo médio das Debêntures que o torne inferior àquele previsto na Lei n.º 12.431.

4.8.13.1. Não obstante o disposto acima, caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da respectiva AGD, a referida assembleia não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração da Atualização Monetária da Segunda Série.

4.8.13.2. Considera-se como “Data de Aniversário” todo dia 15 (quinze) de cada mês e, caso a referida data não seja Dia Útil, o primeiro Dia Útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre 2 (duas) Datas de Aniversários consecutivas.

Remuneração da Segunda Série

4.8.14. A partir da Data de Emissão da Segunda Série, as Debêntures da Segunda Série farão jus a juros prefixados, correspondentes a um percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding* da Segunda Série (respectivamente, “Spread da Segunda Série” e “Remuneração da Segunda Série”, referida em conjunto com a Remuneração da Primeira Série simplesmente como “Remuneração”).

4.8.13.1. Ao final do Procedimento de *Bookbuilding* da Segunda Série, a Emissora ratificará a Remuneração da Segunda

Série, sem prejuízo do aditamento desta Escritura de Emissão para prever o *Spread* da Segunda Série, sem necessidade de qualquer autorização dos Debenturistas da Primeira Série.

4.8.15. Os juros são calculados de forma exponencial e cumulativa sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Atualizado das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, utilizando-se o critério *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Emissão da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, que deve ocorrer ao final de cada Período de Capitalização.

4.8.16. O cálculo da Remuneração da Segunda Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J2 = VNa \times (FatorJuros2 - 1)$$

onde:

J2: valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa: Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros2: fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma

$$FatorJuros2 = \left(1 + \frac{Spread2}{100} \right)^{\frac{DP2}{252}}$$

onde:

Spread2: *spread*, a ser definido no Procedimento de *Bookbuilding*, informada com 4 (quatro) casas decimais.

DP2: número de Dias Úteis entre a Data de Emissão da Segunda Série ou a Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP2" um número inteiro.

4.8.17. A Remuneração da Segunda Série será paga semestralmente, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de agosto e fevereiro, sendo que o primeiro pagamento será devido em 15 de agosto de 2016 e o último na Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série", referida em conjunto ou indistintamente com a Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série simplesmente como "Data de Pagamento da Remuneração").

4.8.18. O período de capitalização da Remuneração da Primeira Série ou Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Liquidação da Primeira Série ou Data de Emissão da Segunda Série (inclusive), no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração da respectiva Série imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina (exclusive) na Data de Pagamento da Remuneração da respectiva Série correspondente ao período em questão ("Período de Capitalização").

4.8.18.1. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento da Primeira Série ou Data de Vencimento da Segunda Série, conforme o caso.

4.9. Amortização do Principal

4.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será pago em parcelas mensais e consecutivas a partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da Data de Emissão da Primeira Série, sempre no dia 15 de cada mês, observado que o primeiro pagamento será realizado em 15 de fevereiro de 2017 e o último na Data de Vencimento da Primeira Série (cada uma, uma "Data de Pagamento da Amortização da Primeira Série", referida em conjunto com a Data de Pagamento

da Remuneração da Primeira Série, individual ou indistintamente, "Data de Pagamento da Primeira Série"). Em cada data de amortização da Primeira Série, será devido percentual equivalente a 2,3300% (dois inteiros e trinta e três centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário de cada Debênture da Primeira Série, sendo o saldo devedor integralmente pago na Data de Vencimento da Primeira Série.

4.9.1. O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série será pago nas datas e percentuais indicados a seguir (cada uma, uma "Data de Pagamento da Amortização da Segunda Série", referida em conjunto com a Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série, individual ou indistintamente, "Data de Pagamento da Segunda Série"):

Data de Amortização	Valor de Amortização (% do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série)
15 de fevereiro de 2017	2,5000%
15 de agosto de 2017	2,5000%
15 de fevereiro de 2018	5,0000%
15 de agosto de 2018	5,0000%
15 de fevereiro de 2019	5,0000%
15 de agosto de 2019	5,0000%
15 de fevereiro de 2020	7,5000%
15 de agosto de 2020	7,5000 %
15 de fevereiro de 2021	15,0000%
15 de agosto de 2021	15,0000%
15 de fevereiro de 2022	15,0000%
Data de Vencimento da Segunda Série	Saldo Remanescente

4.10. Aquisição Facultativa

4.10.1. As Debêntures da Primeira Série poderão ser adquiridas pela Emissora, no mercado secundário, a qualquer momento, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, por valor igual ou inferior ao nominal, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por valor superior ao nominal, desde que observe as regras expedidas pela CVM.

4.10.2. A Emissora poderá, após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão da Segunda Série, adquirir no mercado Debêntures da Segunda Série, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela CVM, observado o disposto na Lei nº 12.431 e no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76, por valor igual ou inferior ao nominal, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, ou por valor superior ao nominal, desde que observe as regras expedidas pela CVM.

4.10.3. As Debêntures que venham a ser adquiridas nos termos desta Cláusula IV poderão: (i) ser canceladas, observado o disposto na regulamentação aplicável e, no caso das Debêntures da Segunda Série, se vier a ser regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional, nos termos da Lei nº 12.431; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures.

4.11. Oferta de Resgate Antecipado

4.11.1. A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série, endereçada a todos os Debenturistas da Primeira Série, sendo assegurado a todos os Debenturistas da Primeira Série igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures da Primeira Série por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será realizada por meio de divulgação de comunicação na forma da Cláusula 4.17. abaixo, a qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (a) forma e prazo de manifestação à Emissora pelo Debenturista da Primeira Série que aceitar a Oferta de Resgate Antecipado; (b) a data efetiva para a realização do resgate das Debêntures e para o pagamento dos valores decorrentes de tal resgate aos Debenturistas; e (c) demais informações necessárias para tomada de decisão e operacionalização do resgate pelos Debenturistas da Primeira Série ("Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado").

4.11.2. O valor a ser pago pela Emissora por cada Debênture da Primeira Série será correspondente ao (i) saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Liquidação das Debêntures da Primeira Série (ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso) até a data do efetivo resgate antecipado, somado a um prêmio positivo calculado de acordo com a fórmula abaixo, e (ii) demais encargos devidos e não pagos pela Emissora (“Valor Unitário de Resgate Antecipado”):

$$= \sum_{p=1}^m \left\{ \frac{VNe_p \times \left[\prod_{k=1}^n \left(1 + \frac{TJLP_k}{100} \right)^{\frac{1}{360}} \right] \times \left(1 + \frac{Spread1}{100} \right)^{\frac{n}{360}} - 1 \right] + VNe_p}{\left(1 + \frac{Juros de Mercado_p}{100} \right)^{\frac{nr}{252}}}$$

Onde:

m = Número de períodos de capitalização remanescentes incluindo o período de capitalização vigente, sendo m um número inteiro.

p = Número inteiro de ordem dos períodos de capitalização, variando de 1 a “n”.

VNep = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures resgatadas ou adquiridas antecipadamente, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento do período de capitalização “p”.

n = número total de dias corridos do período de capitalização, sendo “n” um número inteiro.

k = número de ordem da TJLP, variando de 1 até “n”;

TJLP_k = Taxas observadas e esperadas por instituição financeira global de primeira linha a ser escolhida pelos Debenturistas da Primeira Série (ainda que tal taxa seja extinta e/ou descontinuada e/ou sua utilização seja limitada), conforme o caso, das Taxas de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o dia “k” em referência expressa ao ano, de acordo com a prática de mercado.

nr = número de Dias Úteis entre a data do efetivo resgate antecipado das Debêntures, exclusive, e a data do evento programado de cada período de capitalização “p” vincenda inclusive.

Juros de Mercado_p = Serão determinados com base na taxa futura da Taxa DI com vencimento igual ao vencimento do Período de Capitalização “p” disponibilizada pela BM&FBOVESPA.

4.11.3. Os Debenturistas que optarem pela adesão a referida oferta terão que se manifestar à Emissora no prazo disposto na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Emissora terá 5 (cinco) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures da Primeira Série serão resgatadas em uma única data.

4.11.4. A Emissora, poderá condicionar a Oferta de Resgate Antecipado à aceitação desta por Debenturistas representando um percentual mínimo de Debêntures da Primeira Série, a ser por ela definido quando da realização da Oferta de Resgate Antecipado. Tal percentual deverá estar estipulado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado.

4.11.5. O pagamento das Debêntures da Primeira Série resgatadas antecipadamente por meio da Oferta de Resgate Antecipado será feito (a) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP ; ou (b) mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas da Primeira Série a ser realizado pelo Escriturador Mandatário, no caso de titulares das Debêntures da Primeira Série que não estejam custodiadas na CETIP.

4.11.6. A CETIP e o Escriturador Mandatário deverão ser notificados pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da data de realização do resgate antecipado.

4.11.7. Em caso de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures da Primeira Série, as Debêntures da Primeira Série resgatadas deverão ser canceladas.

4.11.8. As Debêntures da Segunda Série não serão objeto de resgate antecipado facultativo ou Oferta de Resgate Antecipado pela Emissora.

4.12. Multa e Juros Moratórios

4.12.1. Sem prejuízo da Remuneração devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração, do Valor Nominal Unitário e da Atualização Monetária da Segunda Série, se for o caso, os débitos em atraso e não pagos pela Emissora, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória não compensatória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento, ambos incidentes sobre o valor devido e não pago.

4.13. Garantia Real

4.13.1. A fim de garantir o integral, fiel e pontual pagamento e cumprimento de todas as obrigações da Emissora, principais e acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a sê-lo em decorrência das Debêntures, o que inclui, principalmente, mas não se limita, ao pagamento do Valor Total da Emissão, da Atualização Monetária da Segunda Série e da Remuneração das Debêntures, quaisquer custos, comissões, encargos e despesas da Emissão e a totalidade das obrigações acessórias, tais como, mas não se limitando, a encargos moratórios, multas, penalidades, despesas, custas, honorários arbitrados em juízo, comissões e demais encargos contratuais e legais previstos, bem como a remuneração do Agente Fiduciário, Agente Liquidante e Escriturador Mandatário e todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário, Agente Liquidante e Escriturador Mandatário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas dos Debenturistas decorrentes das Debêntures, a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, cede e transfere fiduciariamente em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e seus respectivos sucessores e eventuais cessionários, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições ("Cessão Fiduciária"), os seguintes direitos de crédito de sua titularidade ou que passem a ser de sua titularidade a partir da data de assinatura do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Outras Avenças ("Contrato de Cessão Fiduciária"): (i) direitos creditórios detidos pela Emissora contra os usuários dos Serviços (conforme abaixo definido) das categorias residencial, comercial e/ou industrial, identificados pelos códigos de contas listados no Contrato de Cessão Fiduciária ("Usuários") decorrentes, relacionados e/ou emergentes da prestação dos Serviços, incluindo todos e quaisquer direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, bem como todos e quaisquer encargos, multas compensatórias e/ou indenizatórias devidas pelos Usuários à Emissora, ("Direitos Creditórios Cedidos"); e (ii) todos os direitos, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos pela Emissora contra o Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., na qualidade de banco depositário ("Banco Depositário"), como resultado dos valores depositados (a) na conta corrente nº 97496, Agência 001, no Banco Depositário ("Conta Vinculada"), (b) na conta corrente nº 97723, Agência 001, no Banco Depositário ("Conta de Retenção da Primeira Série"); e (c) na conta corrente nº 97724, Agência 001, no Banco Depositário ("Conta de Retenção da Segunda Série") e, em conjunto com a Conta de Retenção da Primeira Série, as "Contas de Retenção", dos investimentos realizados com os recursos das referidas contas e seus frutos e rendimentos, e aos montantes nelas depositados a qualquer tempo, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária ("Direitos sobre Conta", referido em conjunto com os Direitos Creditórios Cedidos, como "Direitos Cedidos").

4.13.2. A Cessão Fiduciária vigorará até a integral satisfação de todas as obrigações assumidas pela Emissora no âmbito desta Escritura de Emissão.

4.13.3. O Contrato de Cessão Fiduciária deverá ser aditado previamente à subscrição e integralização das Debêntures da Segunda Série, para, caso aplicável, refletir a ampliação (a) do Novo Montante Mínimo de Garantia; (b) do Novo

Percentual de Repasse; e/ou (c) do Índice de Cobertura Mínimo, conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária, bem como a substituição do Anexo III ao referido Contrato de Cessão Fiduciária, sem a necessidade de aprovação prévia dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

4.13.4. A subscrição e integralização das Debêntures da Segunda Série estará condicionada à formalização do aditamento referido no item 4.13.3. acima.

4.13.5. Sem prejuízo do disposto nos itens 4.13.3. e 4.13.4. acima, o Contrato de Cessão Fiduciária será aditado para reforço de garantia, por meio da cessão de Direitos Creditórios adicionais, nos termos do item 3.3.1. do Contrato de Cessão Fiduciária. O reforço de que trata este item será realizado em benefício dos Debenturistas, nos termos do disposto no Contrato de Cessão Fiduciária, e independerá de aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária.

4.14. Vencimento Antecipado

4.14.1. Observado o disposto nos itens 4.14.2 a 4.14.7 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, no caso das Debêntures de Primeira Série, do Valor Unitário de Resgate Antecipado, e no caso das Debêntures da Segunda Série, do montante equivalente ao Valor Unitário de Vencimento Antecipado da Segunda Série (conforme definido abaixo), na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses (cada um deles, um “Evento de Vencimento Antecipado”):

- a) (i) decretação de falência da Emissora; (ii) pedido de autofalência pela Emissora; (iii) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros não elidido no prazo legal, ou, ainda, pedido de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, também não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou, conforme o caso, extinção da Emissora;
- b) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária decorrente desta Escritura de Emissão e Contrato de Cessão Fiduciária;
- c) transformação do tipo societário da Emissora, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- d) vencimento antecipado e/ou inadimplemento de quaisquer operações de natureza financeira em que a Emissora seja mutuário ou garantidor, cujo valor presente das obrigações de pagamento seja superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), caso tal vencimento e/ou inadimplemento não seja sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis observado que, em caso de vencimento antecipado de operações celebradas com os Coordenadores, referido limite mínimo de valor não será aplicável. Para os fins desta alínea, são consideradas operações de natureza financeira, (i) quaisquer operações de empréstimo em moeda; (ii) financiamentos a projetos de investimento, ainda que não reconhecidos em seus balanços (*off-balance*); (iii) repasses de empréstimos em moeda nacional ou estrangeira, registrados ou não no Banco Central do Brasil (“BACEN”); (iv) operações de abertura de crédito em conta corrente; (v) adiantamento a depositantes, na forma definida nas normas do BACEN; (vi) operações de arrendamento mercantil; (vii) emissão pública ou privada de debêntures ou de quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, no Brasil ou no exterior, exceto pelas Debêntures; (viii) concessão de garantias, pessoais ou reais, em operações de qualquer natureza, em especial as de natureza financeira; (ix) operações de adiantamento de receitas futuras, realizadas por meio de permuta, cessão, transferência parcial, venda à vista com compromisso de recompra em prazo determinado, venda a termo, emissão de opções de qualquer natureza ou desconto de títulos; (x) desconto bancário, com ou sem cláusula de co-responsabilidade; e (xi) qualquer outra espécie de negócio jurídico cujo efeito financeiro seja captação de recursos financeiros e/ou a antecipação de receitas decorrentes da consecução do objeto social da Emissora;
- e) questionamento judicial, pela Emissora ou por entidade de seu grupo econômico, desta Escritura de Emissão ou de seus termos e condições;
- f) penhora de quaisquer ativos (inclusive, mas não se limitando, a participações societárias e direitos creditórios) da Emissora, em valor igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), desde que não suspensa, cancelada ou garantida no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados a partir de sua intimação;

- g) evidência de que tenha recaído sobre os Direitos Cedidos qualquer ônus, gravames ou encargos de qualquer natureza;
- h) se a Cessão Fiduciária (i) for objeto de questionamento judicial pela Emissora ou por entidade de seu grupo econômico; (ii) não for devidamente constituída e mantida de forma válida, plena, eficaz e exequível; (iii) de qualquer forma, deixar de existir ou for rescindida; ou (iv) for objeto de penhora, arresto ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar, não revertida no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contado da sua ocorrência;
- i) descumprimento de qualquer decisão judicial contra a Emissora cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas;
- j) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias decorrentes das Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- k) realização da redução do capital social da Emissora sem a prévia e expressa autorização de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação ("Quorum Qualificado");
- l) protesto de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou total seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu contravalor em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for suspenso ou cancelado pelo próprio cartório e/ou determinação judicial, ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que a Emissora for comunicada pelo Cartório de Protestos competente para regularização do protesto;
- m) perda ou cancelamento de registro de companhia aberta;
- n) alienação de ativos ou de participações societárias pela Emissora, ou desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique em perda de bens da Emissora, que individual ou conjuntamente, em qualquer dos casos, representem 10% (dez por cento) do ativo total da Emissora apurado em suas últimas demonstrações financeiras divulgadas;
- o) término, em qualquer das hipóteses previstas em lei, das concessões de titularidade da Emissora que, individualmente ou no agregado, representaram 20% (vinte por cento) ou mais da receita operacional líquida da Emissora nos 12 (doze) meses anteriores à Data de Emissão da Primeira Série;
- p) alteração na atual situação de controle acionário, direto ou indireto, da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- q) caso por qualquer motivo, a ampliação do Percentual de Repasse não seja efetivada em até 2 (dois) Dias Úteis contados do envio da comunicação do Agente Fiduciário;
- r) caso, por qualquer motivo, o montante dos créditos depositados na Conta Vinculada em cada Período de Apuração (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), por 2 (dois) Períodos de Apuração consecutivos, ou por 3 (três) Períodos de Apuração não consecutivos, seja inferior ao Montante Mínimo de Garantia ou seja insuficiente para o cumprimento do Índice de Cobertura Mínimo;
- s) verificação da inveracidade de qualquer declaração da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária, exceto se tal inveracidade for sanada no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que a Emissora tomar conhecimento da inveracidade, por conta própria ou por meio de comunicação;
- t) ocorrência de fusão, cisão, incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora,

observado o disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;

- u) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos do item "Destinação de Recursos" desta Escritura de Emissão;
- v) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária;
- w) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária decorrente desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária, não sanada no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua inadimplência ou em prazo de cura específico, se houver;
- x) modificações estatutárias que alterem o objeto social preponderante da Emissora;
- y) caso, por ato, fato ou omissão da Emissora, os recursos provenientes dos Direitos Cedidos transitam por contas bancárias diversas das previstas no Contrato de Cessão Fiduciária;
- z) contratação, pela Emissora, de quaisquer novos bancos arrecadadores para a arrecadação dos Direitos Cedidos, exceto com anuência dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário;
- aa) caso ocorra qualquer dos "Eventos de Avaliação" ou dos "Eventos de Liquidação" definidos nos regulamentos do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Saneamento de Goiás S.A. – Saneago – Infraestrutura I, do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Saneamento de Goiás S.A. – Saneago – Infraestrutura II, ou do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Saneamento de Goiás S.A. – Saneago – Infraestrutura III, conforme informado pela Emissora ao Agente Fiduciário;
- bb) início da liquidação antecipada do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Saneamento de Goiás S.A. – Saneago – Infraestrutura I, do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Saneamento de Goiás S.A. – Saneago – Infraestrutura II, ou do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Saneamento de Goiás S.A. Saneago – Infraestrutura III;
- cc) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações e/ou licenças, inclusive ambientais, cuja não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão afete o regular exercício das atividades da Emissora; e
- dd) não observância dos seguintes limites e índices financeiros ("Índices Financeiros"), calculados de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil com base nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, a serem verificados anualmente pela Emissora e acompanhados pelo Agente Fiduciário ao término de cada exercício social da Emissora, a partir de 31 de dezembro de 2015 (inclusive):
 - (i) a razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses, deverá ser inferior a:
 - A. para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015: 3,5x (três vezes e meia);
 - B. para os exercícios sociais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2016 (inclusive): 3,0x (três vezes).

Para os fins desta Escritura de Emissão, os seguintes termos terão os significados atribuídos abaixo:

"Caixa e Aplicações Financeiras" significa caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata que não estejam submetidos a qualquer ônus, impedimento ou gravame e que não estejam garantindo qualquer obrigação de pagar, devida por si ou por qualquer terceiro;

"Dívida Líquida" significa o montante de Dívida Bruta (conforme definido abaixo) deduzidos o saldo em Caixa e Aplicações Financeiras (conforme definido acima);

"Dívida Bruta" significa o somatório das dívidas onerosas consolidadas junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, exceto contas a pagar com fornecedores, incluindo, mas não limitado a, empréstimos e financiamentos com terceiros e partes relacionadas, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, o somatório dos avais, fianças, penhores e garantias prestadas a terceiros, antecipação de recebíveis, cessão e/ou desconto de recebíveis com coobrigação, adiantamentos de contratos de câmbio ou de cambiais entregues, bem como valores a pagar a acionistas, líquido do saldo a receber (ou acrescido do saldo a pagar) de contratos de derivativos, incluindo hedge e/ou swap;

"EBITDA" significa o somatório: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação e amortização, (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, (iv) das provisões contábeis que comprovadamente não tenham efeito caixa, (v) das despesas não operacionais e/ou não recorrentes deduzidas das receitas não operacionais e/ou não recorrentes ocorridas no mesmo período e (vi) dos valores que tenham impactado o resultado do período decorrentes de ajustes contábeis que comprovadamente não tenham efeito caixa oriundos da obtenção do valor justo e "impairment" de ativos imobilizados;

"Valor Unitário de Vencimento Antecipado da Segunda Série" significa o somatório:

(a) do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado da Segunda Série na Data de Vencimento Antecipado, conforme abaixo definido, acrescido da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos (mas excluindo aqueles já vencidos e pagos), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, até a Data de Vencimento Antecipado, com cálculo efetuado pelo Agente Fiduciário ("Valor de Curva"); e

(b) multa indenizatória equivalente ao produtório de (i) o Valor de Curva; (ii) o prazo médio remanescente das Debêntures da Segunda Série, calculado nos termos da Resolução CMN nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011 ("Prazo Médio Remanescente"); e (iii) a diferença positiva entre (1) o *Spread* da Segunda Série; e (2) a taxa indicativa divulgada pela ANBIMA, no Dia Útil imediatamente anterior à data do pagamento do Valor Unitário de Vencimento Antecipado da Segunda Série (ou, caso esta não tenha sido divulgada, a última taxa indicativa divulgada pela ANBIMA), aplicável à rentabilidade implícita (acima da variação acumulada do IPCA) então observada nas Notas do Tesouro Nacional – Série B ("NTN-B") com vencimento em prazo equivalente ao Prazo Médio Remanescente (calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data do pagamento do Valor Unitário de Vencimento Antecipado da Segunda Série) (sendo certo que, caso não haja NTN-B com vencimento em prazo equivalente ao Prazo Médio Remanescente, o referido cálculo será efetuado considerando-se a NTN-B com vencimento no prazo mais próximo, porém anterior, ao Prazo Médio Remanescente), conforme cálculo efetuado pelo Agente Fiduciário e evidenciado em planilha de cálculo, o qual, salvo manifesto erro devidamente comprovado pela Emissora, será vinculante e definitivo.

4.14.2. Para os fins de que trata esta Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas:

- (i) a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (a) a (k) e (q) do item 4.14.1 acima ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"), será considerada a data de ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado, independentemente da data do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita prevista no item 4.14.6 abaixo; e
- (ii) ocorrendo qualquer dos demais Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item 4.14.1 acima ("Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático"), a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.14.3 abaixo na qual os Debenturistas tenham deliberado pela declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures ou a data marcada para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação, cujo quorum mínimo de instalação não tenha sido alcançado.

4.14.3. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 1 (um) Dia Útil contado da data da ciência da ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual não declaração de vencimento antecipado das Debêntures.

4.14.4.Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.14.3 acima não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.14.5.Sc, na Assembleia Geral de Debenturistas convocada nos termos do item 4.14.3 acima, Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação deliberarem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, não haverá Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.14.6.O Agente Fiduciário deverá comunicar a Emissora, por escrito, em qualquer das hipóteses descritas no item 4.14.2, acerca do vencimento antecipado das Debêntures, em até 2 (dois) Dias Úteis contados (i) de sua ciência da ocorrência de uma das hipóteses de Evento de Vencimento Antecipado Automático; ou (ii) no caso de Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático, (a) da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas na qual foi deliberado o vencimento antecipado das Debêntures; ou (b) da data marcada para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação, cujo quorum mínimo de instalação não tenha sido alcançado.

4.14.7.Em caso de declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento da integralidade do saldo devedor das Debêntures, devido nos termos desta Escritura da Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento pela Emissora da comunicação enviada pelo Agente Fiduciário, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.12 acima.

4.14.7.1.As Debêntures objeto do procedimento descrito no item 4.14.7 acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.15. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.15.1.O não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração da respectiva Série e/ou dos encargos moratórios e/ou de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

4.16. Local de Pagamento

4.16.1.Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, por intermédio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, e em atendimento aos seus procedimentos, ou por meio do Escriturador Mandatário das Debêntures para os titulares de Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada à CETIP.

4.17. Prorrogação dos Prazos

4.17.1.Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Emissão até o primeiro Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente bancário na cidade de São Paulo, ressalvados os casos em que os pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.18. Publicidade

4.18.1. Todos os atos e decisões relativos exclusivamente à Emissão e/ou às Debêntures que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no (i) Diário Oficial do Estado de Goiás, (ii) no jornal Diário da Manhã (Goiânia) e (iii) no "Jornal O Popular", nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações.

4.19. Imunidade dos Debenturistas

4.19.1. Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Agente Liquidante e Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.19.1.1. As Debêntures da Segunda Série gozam do tratamento tributário previsto no artigo 2º da Lei n.º 12.431.

CLÁUSULA V
DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (i) dentro de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, ou data anterior, caso tais informações sejam disponibilizadas na página da Emissora na rede mundial de computadores; (B) declaração assinada por diretor da Emissora atestando que a Emissora está em dia com as obrigações dispostas nesta Escritura de Emissão, inclusive mas não se limitando ao cumprimento dos Índices Financeiros; e (C) memória de cálculo dos Índices Financeiros, para acompanhamento do Agente Fiduciário;
 - (ii) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação, cópias de documentos, declarações e comprovações que, razoavelmente, venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária e da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), ressalvado na hipótese de ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, em que as informações e os documentos previstos neste inciso deverão ser fornecidos de imediato;
 - (iii) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.18 acima; atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, ou, na inexistência de prazo previsto na regulamentação, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contado da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem divulgados;
 - (iv) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, comprometeu-se a enviar ao Agente Fiduciário; e
 - (v) dentro do prazo de até 15 (quinze) dias contado da data de assinatura desta Escritura de Emissão, cópia das informações financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2014;
- (b) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures;
- (c) manter, em adequado funcionamento, atendimento eficiente aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (d) atender de forma eficiente às solicitações legítimas dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;
- (e) convocar, nos termos da Cláusula VII abaixo, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;

- (f) informar o Agente Fiduciário imediatamente após a ciência da ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item 4.14 acima, bem como qualquer inadimplemento quanto ao cumprimento de qualquer de suas obrigações referentes às Debêntures ou qualquer outro evento que possa trazer prejuízo aos Debenturistas, a critério da Emissora. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Debêntures;
- (g) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (h) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (i) notificar o Agente Fiduciário, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis após a ciência da Emissora, sobre qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial que afete, de forma relevante e adversa, a Emissora ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura e Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária ou, ainda, qualquer evento, fato ou circunstância potencial que vier a ser de seu conhecimento e que possa ser considerado pela Emissora como apto a afetar a validade, legalidade ou eficácia das Debêntures ou da Cessão Fiduciária, mantendo o Agente Fiduciário informado por meio de relatórios semanais, sobre o ato, a ação, o procedimento e o processo em questão e as medidas a serem tomadas;
- (j) manter as condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias nos negócios da Emissora, devendo notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração relevante ou sobre quaisquer eventos ou situações (i) que possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o pontual cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures, no todo ou em parte; ou (ii) que façam com que suas demonstrações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira;
- (k) manter seus bens e ativos devidamente segurados por companhias de seguro de primeira linha, conforme práticas correntes da Emissora;
- (l) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social, com esta Escritura de Emissão e/ou o Contrato de Cessão Fiduciária;
- (m) manter sua existência legal e todos os direitos, autorizações, concessões e licenças necessários para a condução de seus negócios;
- (n) cumprir as obrigações que lhes são aplicáveis nos termos da legislação e regulamentação vigentes, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais;
- (o) respeitar a legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional, ao meio ambiente (incluindo legislação e regulamentação socioambiental), e não incentivar a prostituição, tampouco utilizar ou incentivar mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo ou que de qualquer forma infringe direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente;
- (p) cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- (q) cumprir e fazer com que seus administradores ou funcionários cumpram qualquer dispositivo de qualquer lei

ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra a prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, a U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977, conforme alterada, e conforme aplicável, e o *UK Bribery Act 2010*, conforme alterado e conforme aplicável;

- (r) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária;
- (s) utilizar os recursos oriundos da Emissão exclusivamente conforme descrito nesta Escritura de Emissão e, no caso das Debêntures da 3ª Série, de acordo com os termos e condições determinados pelo Ministério das Cidades quando do enquadramento do Projeto como prioritário;
- (t) envidar seus melhores esforços e praticar todos os atos necessários para manutenção do enquadramento das Debêntures 2ª Série nos termos da Lei nº 12.431, de acordo os termos da regulamentação do Ministério das Cidades;
- (u) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, o Agente Liquidante, Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário, o Banco Centralizador (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária);
- (v) manter contratado durante todo o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, a CETIP ou qualquer outro prestador de serviço de sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário;
- (w) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos, interesses e prerrogativas dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da solicitação neste sentido;
- (x) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (y) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária, no que for aplicável;
- (z) notificar os Debenturistas e o Agente Fiduciário, em até 1 (um) Dia Útil, caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- (aa) cumprir todas as obrigações dispostas em todos os documentos relacionados à Emissão, incluindo, mas não se limitando ao Contrato de Cessão Fiduciária, ao Contrato de Distribuição e a esta Escritura de Emissão;
- (bb) incluir em suas demonstrações financeiras disposição expressa dando ciência das Debêntures e de seus termos e condições, em especial da existência desta Escritura de Emissão e da Cessão Fiduciária;
- (cc) encaminhar ao Agente Fiduciário, imediatamente após o seu recebimento, cópia de pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou evento equivalente apresentado por terceiros contra si;
- (dd) aditar o Contrato de Cessão Fiduciária para cumprimento do disposto nos itens 1.1.1., 1.1.1.1. e 3.3.1. do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (ee) manter, enquanto as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão não estiverem integralmente pagas, conforme atestado pelo Agente Fiduciário, o valor dos ativos objeto da garantia constituída por meio do Contrato de Cessão Fiduciária sempre em conformidade com os valores mínimos estabelecidos nos referidos contratos, praticando todos os atos necessários para que isso ocorra;
- (ff) não revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos.

advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), bem como abster-se, até o envio da comunicação de encerramento da Emissão à CVM, de utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;

- (gg) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400, observadas as disposições previstas na regulamentação aplicável; e
- (hh) guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Emissão.

5.2. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea "c" acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas, pelo Agente Fiduciário, pela CVM, ANBIMA e/ou pela CETIP.

CLÁUSULA VI DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita tal nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) conhece e aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas Cláusulas, termos e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem

qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular BACEN n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (j) o representante legal que assina esta Escritura de Emissão tem poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposições do respectivo Estatuto Social;
- (k) verificou a suficiência da garantia real consubstanciada pela Cessão Fiduciária; e
- (l) declaração a respeito da atuação em outras emissões de debêntures do grupo econômico da Emissora.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série e/ou da Segunda Série ou, caso ainda restem obrigações da Emissora inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora relacionadas a esta Escritura de Emissão sejam cumpridas ou, ainda, até sua efetiva substituição.

6.4. A título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, foi integralmente paga ao Agente Fiduciário remuneração equivalente a R\$21.000,00 (vinte e um mil reais) por ano de vigência das Debêntures. A título de honorários pelo serviço de Controle de Garantias, foi integralmente paga ao Agente Fiduciário remuneração equivalente a R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) por ano de vigência das Debêntures.

6.4.1. Caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora após o vencimento das Debêntures, a remuneração prevista no item 6.4.1. acima será devida, de forma *pro rata*, às expensas da Emissora, com atualização pela variação acumulada do Índice Geral de Preços, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M/FGV") ou, na sua falta, pelo índice oficial que venha a substituí-lo, a partir da Data de Emissão da Primeira Série, até a data de pagamento, calculadas *pro rata die* se necessário.

6.4.2. Além disso, a remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos tributos vigentes à época do pagamento, tais como Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e quaisquer outros tributos que venham a incidir na remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento da referida remuneração.

6.4.3. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, será devido, pela Emissora ao Agente Fiduciário, o valor adicional de R\$ 500,00 por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização das debêntures não são considerados reestruturação das debêntures.

6.4.4. No caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão devidas pela Emissora o valor adicional de R\$ 500,00 por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.

6.4.5. Os serviços prestados pelo Agente Fiduciário são aqueles descritos na Instrução CVM nº 28 e Lei 6.404/76, conforme aplicável.

6.4.6. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas à Emissão e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento da Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

6.4.7. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

6.4.8. No caso de alteração nas características da Emissão ou em eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário, fica facultada ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos.

6.4.9. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça e às expensas desta, o registro desta Escritura de Emissão de eventuais aditamentos na JUCEG, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das

Debêntures, se houver;

- (h) verificar a regularidade da constituição da garantia real, bem como do valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (i) intimar a Emissora a reforçar a Cessão Fiduciária, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (j) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (k) solicitar, quando considerar necessário de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas desta;
- (l) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos no item 4.18 acima;
- (m) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (n) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar o organograma do grupo societário da Emissora, bem como todos os dados financeiros e atos societários, necessários à realização do relatório acima, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, amortização, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas das Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
 - (vii) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos;
 - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária;
 - (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (x) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia das Debêntures; e
 - (xi) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo

25

SP - 14507717v1

12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28.

- (o) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
 - (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CETIP;
 - (iv) na CVM; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder.
- (p) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações legais, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório anual se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Liquidante e Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Agente Liquidante e Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive, referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debenturistas e seus respectivos titulares;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, especialmente as obrigações impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contado da data da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (t) acompanhar com o Agente Liquidante e Escriturador Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos pela Emissora em relação às Debêntures, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão; e
- (u) verificar o cálculo do Valor Nominal Unitário das Debêntures feito pela Emissora, disponibilizando-o aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do site: www.oliveiratrust.com.br.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.14 acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) observados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições desta Escritura de Emissão, incluindo executar a garantia associada às Debêntures;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas, incluindo a execução da Cessão Fiduciária; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 6.6. acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, observados os quóruns dispostos nesta Escritura de Emissão.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será convocada Assembleia Geral de Debenturistas em até 5 (cinco) Dias Úteis da vacância, para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até o encerramento do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior a ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28 e em eventuais normas posteriores. A substituição do Agente Fiduciário estará sujeita à aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCEG junto com a presente.

6.7.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.18 acima.

6.7.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão e ao Contrato de Cessão Fiduciária, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas nesta Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA VII DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunirem-se em Assembleia Geral para deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações ("Assembleia Geral de Debenturistas").

7.2. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os

titulares de Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.3. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM, conforme previsto no artigo 71, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações.

7.4. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.5. A Assembleia Geral dos Debenturistas da Primeira Série será realizada de forma separada da Assembleia Geral dos Debenturistas da Segunda Série, exceto quando tratar de matérias de interesse comum dos Debenturistas de ambas as séries, tais como, mas não se limitando, a substituição do Agente Fiduciário, o vencimento antecipado das Debêntures e a alteração dos prazos de obrigações previstas na presente Escritura de Emissão.

7.6. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias contados da publicação do edital de convocação em primeira convocação e com antecedência mínima de 8 (oito) dias em segunda convocação. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos no item 4.18 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.7. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecer a totalidade dos Debenturistas.

7.8. Nos termos do parágrafo terceiro, do artigo 71, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.9. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quoruns* de instalação ou deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de sociedades controladoras da Emissora (direta ou indiretas), bem como de sociedades controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), sociedades sob controle comum, administradores ou conselheiros da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.

7.10. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

7.11. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto nos itens 7.11. e 7.12. abaixo ou pelos demais *quoruns* expressamente previstos em outros itens desta Escritura de Emissão, qualquer matéria a ser deliberada pelos Debenturistas deverá ser aprovada, em primeira convocação, por Debenturistas que representem pelo menos a maioria das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, por Debenturistas que representem a maioria simples das Debêntures detidas pelos Debenturistas presentes, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.12. Mediante proposta da Emissora, a Assembleia Geral de Debenturistas poderá, por deliberação favorável de Debenturistas titulares de 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da respectiva Série aprovar, seja em primeira ou segunda convocação, qualquer modificação relativa às características das Debêntures da respectiva Série que impliquem em alteração: (i) da Atualização Monetária; (ii) da Remuneração, (iii) das datas de pagamento da Remuneração; (iii) das Datas de Vencimento, (iv) dos valores, montantes e datas de amortização do Valor Nominal Unitário; (v) dos *quoruns* de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão, caso tais *quóruns* se refiram às Debêntures em Circulação de uma Série específica; ou (vi) criação de evento de repactuação de Debêntures.

7.12.1. Na hipótese de a Assembleia Geral de Debenturistas referida no item 7.12 acima aprovar qualquer alteração que implique: (i) no aumento da Atualização Monetária ou da Remuneração das Debêntures da respectiva Série, (ii) na redução do prazo médio das Debêntures da respectiva Série; ou (iii) no aumento dos valores e montantes do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série, a eficácia das deliberações dependerá, em qualquer hipótese, de ratificação por meio de deliberação favorável de Debenturistas titulares de 50% (cinquenta por cento) das Debentures em Circulação da outra Série, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, a ser realizada em até 45 (quarenta e cinco) dias da data de realização da Assembleia Geral de Debenturistas referida no item 7.12, sendo certo que, caso não haja instalação por falta de quórum, em primeira e segunda convocação, a ratificação reputar-se-á como não aprovada.

7.13. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá, por deliberação favorável de Debenturistas titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação aprovarem, seja em primeira ou segunda convocação, a alteração (a) da redação de quaisquer dos Eventos de Vencimento Antecipado; (b) do objeto da Cessão Fiduciária, bem como do modo e/ou das hipóteses de excussão, (c) a alteração dos quoruns de deliberação previstos nesta Escritura de Emissão, caso tais quóruns se refiram à totalidade das Debêntures em Circulação, considerando-se ambas as Séries; (d) das disposições desta Cláusula; e (e) da espécie das Debêntures.

7.14. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá, por deliberação favorável de Debenturistas titulares de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, aprovar, em primeira ou segunda convocação, (i) a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures; ou (ii) a renúncia prévia à referida declaração (*waiver*).

7.15. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.16. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.16. Alterações na Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária decorrentes de alterações nas normas legais e regulamentares vigentes e/ou da necessidade de reforço de garantia, serão realizadas pelo Agente Fiduciário independentemente de deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

CLÁUSULA VIII
DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara, na Data de Emissão e na data de subscrição e integralização das Debêntures, que:

- (a) é uma sociedade de economia mista validamente constituída e em funcionamento de acordo com a legislação e regulamentação em vigor, estando devidamente autorizada a prestar os serviços de saneamento básico, dentre eles os serviços de captação, tratamento, adução e distribuição de água potável e coleta, transporte e tratamento de esgotos, assim como a cobrança por tais serviços realizados na cidade de Goiânia, estado de Goiás ("Serviços");
- (b) seu registro de companhia aberta perante a CVM encontra-se atualizado;
- (c) obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as governamentais e societárias, à celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária e ao cumprimento das obrigações neles previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais necessários para tanto;
- (d) obteve todas as autorizações necessárias, perante os órgãos estaduais e federais competentes, à celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, à assunção e ao cumprimento das obrigações deles decorrentes, tendo sido satisfeitos, dessa forma, todos os requisitos legais para tanto;
- (e) todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessários ao seu funcionamento foram regularmente obtidos e encontram-se atualizados, e seus livros contábeis estão regularmente abertos e registrados na JUCEG estando, também, devidamente atualizados;
- (f) os seus representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária têm

poderes estatutários para assumir, em nome da Emissora, as obrigações nela estabelecidas;

- (g) a celebração da Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária e a assunção e o cumprimento das obrigações deles decorrentes não acarretam, direta ou indiretamente, o descumprimento, total ou parcial, ou o vencimento antecipado, quando for o caso: (i) quaisquer contratos ou instrumentos, de qualquer natureza, firmados anteriormente à Data de Emissão das Debêntures, dos quais a Emissora seja parte ou aos quais estejam vinculados, a qualquer título, quaisquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade, em especial os Direitos Cedidos; (ii) qualquer norma legal ou regulamentar a que a Emissora, ou quaisquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade estejam sujeitos; e (iii) qualquer ordem, decisão, ainda que liminar, judicial, arbitral ou administrativa que afete a Emissora, ou quaisquer dos bens corpóreos, incorpóreos, tangíveis, intangíveis, móveis ou imóveis de sua propriedade;
- (h) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, refletida nas demonstrações financeiras exigíveis pela legislação societária e/ou pelas normas regulamentares da CVM, até a data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira negativa a assunção e o cumprimento das suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (i) a celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária e o cumprimento das suas obrigações nele previstas observam os limites e requisitos legais previstos na legislação aplicável à Emissora;
- (j) encontra-se adimplente no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária;
- (k) cumpre todas as leis, portarias, normas, regulamentos e exigências aplicáveis de todas as autoridades governamentais, detendo todas as licenças, certificados, permissões, e concessões governamentais e demais autorizações e aprovações governamentais relevantes necessários para a condução de suas atividades, inclusive as relativas à legislação ambiental, trabalhista e previdenciária e aquelas necessárias à prestação dos Serviços;
- (l) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (m) mantém todos seus bens relevantes adequadamente segurados por empresas de primeira linha, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (n) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (o) esta Escritura de Emissão e o Contrato de Cessão Fiduciária constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculativas da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 da Lei nº 5865, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“Código de Processo Civil”);
- (p) inexistente violação ou indício de violação, pela Emissora, por seus administradores ou funcionários de qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra a prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977*, conforme alterada, e conforme aplicável, e o *UK Bribery Act 2010*, conforme alterado e conforme aplicável; e
- (q) não omitiu nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento na data de celebração desta Escritura de Emissão e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira, jurídica ou de suas atividades ou do cumprimento de suas obrigações no âmbito da Emissão, em

prejuízo dos Debenturistas.

**CLÁUSULA IX
DAS NOTIFICAÇÕES**

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. — SANEAGO

Avenida Fued José Sebba, n.º 1.245, Jardim Goiás

CEP 74.805-100, Goiânia - GO

At.: Sr. Robson Salazar

Telefone: (62) 3243 3188

Correio Eletrônico: salazar@saneago.com.br

Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca

CEP 22640-100 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Antonio Amaro e Maria Carolina Vieira Abrantes

Telefone: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

Correio Eletrônico: : antonio.amaro@oliveiratrust.com.br; ger2.agente@oliveiratrust.com.br

Para o Agente Liquidante e Escriturador Mandatário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca

CEP 22640-100 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. José Alexandre Freitas e Henrique Noronha

Telefone: (21) 3514-0000

Correio Eletrônico: sqescrituracao@oliveiratrust.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1663, 1º andar

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1400

Correio Eletrônico: Gr.GEVAM-GerenciadeValoresMobiliarios@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “Aviso de Recebimento” expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços acima. As comunicações feitas por meio de fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima ou das pessoas responsáveis pelo recebimento das comunicações deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado ou a pessoa responsável pelo recebimento das comunicações, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

9.4. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto no item 9.3 acima serão arcados pela Parte inadimplente.

CLÁUSULA X
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores, salvo na hipótese de não atendimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

10.5. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda o Agente Fiduciário, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.6. Sem prejuízo do disposto na Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes nesta Escritura de Emissão, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.7. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

10.8. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

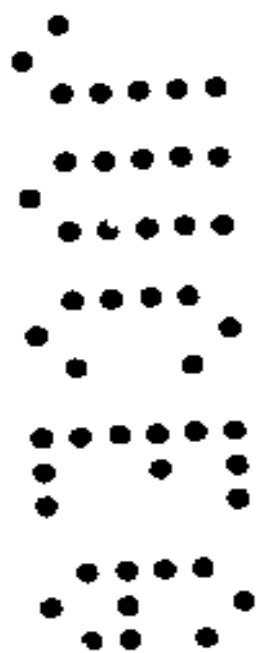
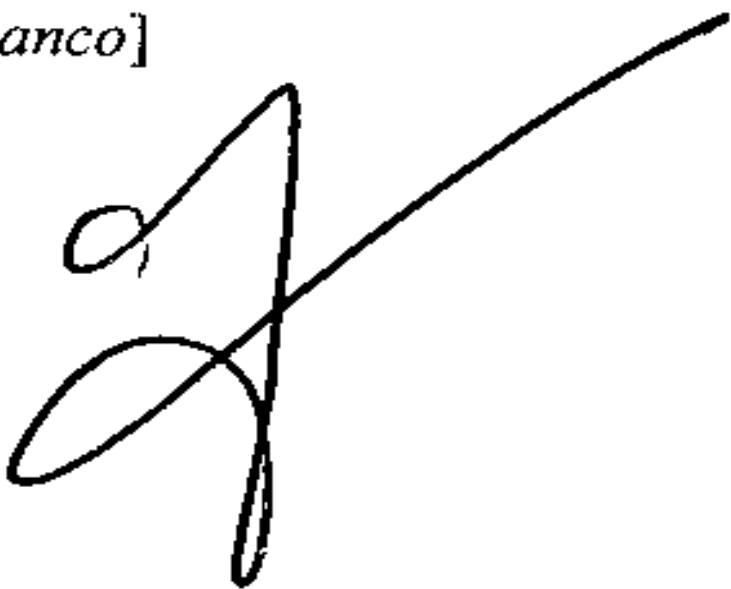
CLÁUSULA XI
DO FORO

11.1. Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 07 de agosto de 2015

[restante da página intencionalmente deixado em branco]



Página de assinaturas da Escritura Particular da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Saneamento de Goiás S.A. - SANEAGO

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO

Nome:
Cargo:

José Taveira Rocha
Diretor Presidente

Nome:
Cargo:

Robson Borges Salazar
Diretor de Gestão Corporativa



Página de assinaturas da Escritura Particular da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Saneamento de Goiás S.A. - SANEAGO

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
na qualidade de Agente Fiduciário das Debêntures

Nome: Marcelo Takeshi Yano de Andrade
Cargo: Procurador

Nome: Fernando Nunes Luis
Cargo: Procurador

Testemunhas:

Nome: Alexandre Beck Jacob
CPF: 37.459.100-3
RG: 37.459.100-3

Nome: Renan de Paula Vasconcellos
CPF: 36.620.120-7 / SSP-SP
RG: 36.620.120-7 / SSP-SP
CPF: 225.119.598-01

39º Cartório
Reconheço por semelhança a firma de: (1) MARCELO TAKESHI-YANO DE ANDRADE, (1) FERNANDO NUNES LUIS, (1) ALEXANDRE BECK JACOB e (1) RENAN DE PAULA VASCONCELLOS em documento com valor econômico.
SÃO PAULO, 07 de agosto de 2015.
Em testemunho da cidade.
ANDRÉ MARIA DOS REIS - ESCRIVENTE AUTORIZADO
(VALOR UNIT. R\$ 7,34; QD(4); TOTAL R\$ 29,36)

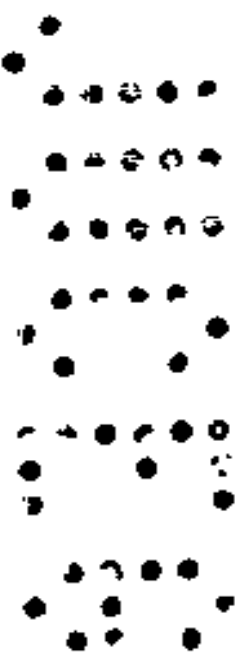
João Ricardo Lima Souza Junior
Escrivente Autorizado

JUCEG JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIFICO O REGISTRO EM: 21/08/2015
SOB O NÚMERO: 52151342121
Protocolo: 15/134212-1
Empresa: 52 3 0000210-9
SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO
SECRETÁRIA-GERAL: PAULA NUNES LOBO ROSSI

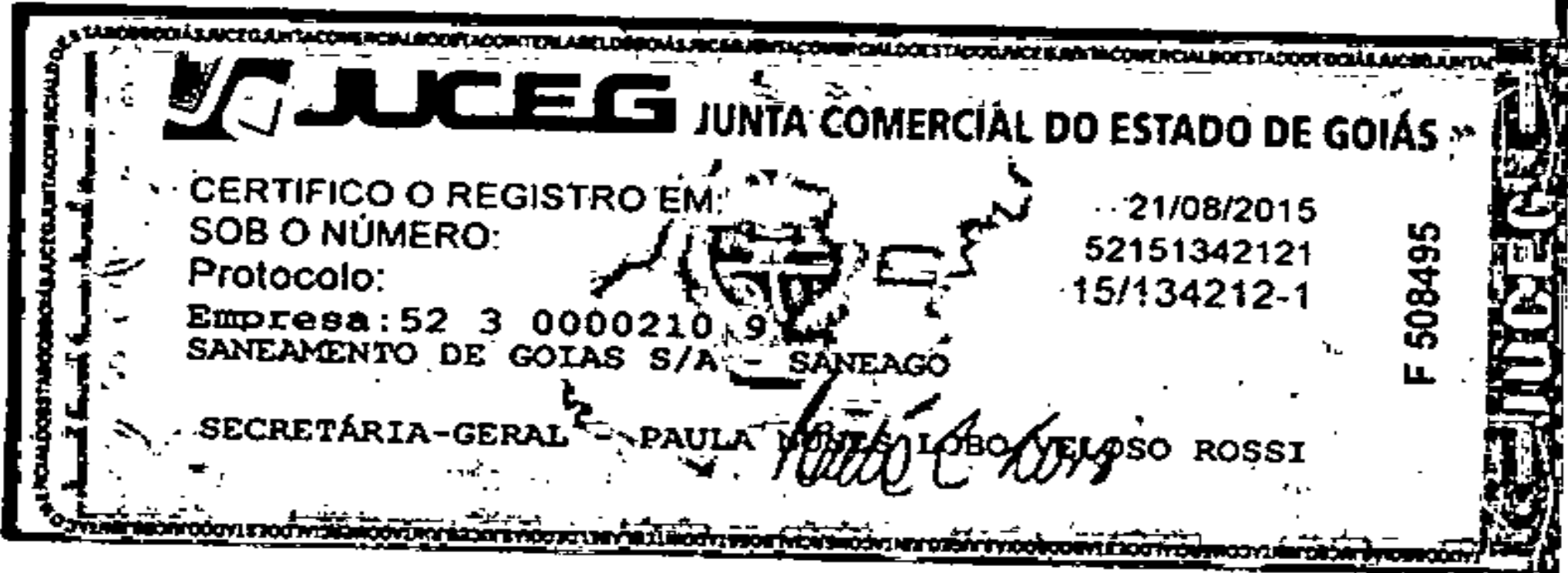
ANEXO 1

DESCRIÇÃO DO PROJETO E RESPECTIVOS PROCEDIMENTOS SIMPLIFICADOS

Razão social	Saneamento de Goiás S.A. – Sancago.
Objetivo do Projeto	Ampliação do Sistema de Distribuição de Água João Leite, beneficiando o município de Aparecida de Goiânia, estado de Goiás.
Data estimada para o início do Projeto	15 de dezembro de 2015.
Fase atual do Projeto	Edital em fase final e sendo finalizado o orçamento para Licitação.
Data estimada para o encerramento do Projeto	15 de dezembro de 2017
Volume estimado de recursos financeiros necessários para a realização do Projeto	R\$118.000.000,00 (cento e dezoito milhões de reais).
Valor das Debêntures da Segunda Série que será destinado ao Projeto	100% (cem por cento) das Debêntures da Segunda Série, no montante total de R\$118.000.000,00 (cento e dezoito milhões de reais).
Alocação dos recursos a serem captados por meio das Debêntures da Segunda Série	Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão da Segunda Série serão destinados para a ampliação do atendimento ao município de Aparecida de Goiânia, com o projeto denominado Linhão GYN-APA, constituído pela adutora que levará água do Sistema Produtor Mauro Borges para a cidade de Aparecida de Goiânia no Estado de Goiás.
Percentual dos recursos financeiros necessários ao projeto provenientes das Debêntures da Segunda Série	100% (cem por cento).



[Handwritten signature]



ANEXO II

PORTARIA DO MINISTÉRIO DAS CIDADES Nº 111, DE 5 DE MARÇO DE 2015



[Handwritten signature]

t

[Handwritten mark]



ANEXO II

Modelo de documento para apresentação da síntese da auditoria técnica pela ITA.

AUDITORIA TÉCNICA (realizada no período) REALIZADA PELO ITA PARA O PRODUTO:			
Análise Técnica (Análise dos Processos) Nº. / Data		Análise de Conformidade (Análise dos Resultados) Nº. / Data	
Processo ou Documento do DAFec		Produto	
Empreendimento ou quantidade de Unidade de Produção / Endereço / Cópia da obra:			
Proprietário/Dono da tecnologia		Responsável pela apresentação/entrega da tecnologia	
Documentos disponibilizados		Identificação / Descrição (análise documental do processo de tecnologia e sua integração à documentação da empresa - empresa / tecnologia)	
		Identificar se a documentação existe em obra e se há adequação ao produto avaliado	
Projeto executivo de edificação			
Projeto de execução do projeto			
Projeto de instalação de materiais			
Procedimento de execução			
Controle de fabricação			
Controle de processo / acabamento			
Controle do produto acabado			
Procedimento de uso, operação e manutenção disponibilizados no Manual (proprietário da tecnologia e empresa construtora/construtora)			
Inclusões:			
- Manual do Usuário/Proprietário;			
- Termo de entrega da obra (se for o caso);			
- Estatísticas de ocorrência referente a críticas e defeitos em unidades executadas;			
- Inventário de unidades em execução ou já executadas do produto.			
Observações:			
Item verificado em obra		Indicação / Descrição	
		C	
		NC	
		QM	
Recebimento de materiais (matéria)			
Armazenamento de materiais/componentes			
Fabricação do produto (produção)			
Inspeção/inspeção do produto (inspeção)			
Controle de fabricação/inspeção/inspeção			
Controle de recebimento do produto acabado			
Correção de falhas / reprocessamento			
Outros			
C = conforme			
NC = Não Conforme			
QM = Qualidade de Medição (sem conformidade, porém com valor de melhoria)			
Observações:			
Assinatura Técnica			

PORTARIA Nº 111, DE 5 DE MARÇO DE 2015

Aprova o enquadramento, como prioritário, do Projeto de Investimento em Infraestrutura no Setor Saneamento Básico apresentado pela Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO S/A - Município de Aparecida de Goiânia/GO.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o inciso III do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 4.665, de 03 de abril de 2003, e considerando o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, no Decreto nº 7.603, de 9 de novembro de 2011, e na Portaria nº 18, de 21 de janeiro de 2014, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento, como prioritário, do Projeto de Investimento em Infraestrutura no Setor Saneamento Básico apresentado pela Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO S/A, referente à ampliação do Sistema de Distribuição de Água João Leite, beneficiando o município de Aparecida de Goiânia/GO, para fins de emissão de debêntures, nos termos do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, e do Decreto nº 7.603, de 09 de novembro de 2011, conforme descrito no Anexo desta Portaria.

Art. 2º A SANEAGO S/A deverá:

I - manter atualizada, junto ao Ministério das Cidades, a relação das pessoas jurídicas que a integram;

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Intenção de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação desta Portaria, e o compromisso de alocar os recursos obtidos no projeto prioritário aprovado; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados, até 5 (cinco) anos após o vencimento das debêntures emitidas e/ou após a conclusão do empreendimento, para consulta e fiscalização pelos órgãos de controle.

Art. 3º Alterações técnicas do projeto de que trata esta Portaria, desde que autorizadas pelo Ministério das Cidades, não ensejarão publicação de nova Portaria de aprovação do projeto como prioritário, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 2011.

Art. 4º O prazo da prioridade concedida ao projeto de investimento em infraestrutura é de 1 (um) ano. Caso a SANEAGO S/A não realize a emissão das debêntures nesse prazo, deverá comunicar formalmente à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades.

Art. 5º A SANEAGO S/A deverá observar, ainda, as demais disposições constantes da Lei nº 12.431/2011, do Decreto nº 7.603/2011, da Portaria nº 18, do Ministério das Cidades, de 21 de janeiro de 2014, e na legislação e normas vigentes e supervenientes.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

ANEXO

Unidade do Projeto	Saneamento de Goiás S/A - SANEAGO S/A
CNPJ	01.616.929/0001-92
Relação de Pessoas Jurídicas	1. Estado de Goiás - CNPJ: 01.991.625/0001-69 2. Fundo de Previdência Estadual - CNPJ: 11.991.625/0001-69 3. Companhia de Saneamento e Saneamento de Goiás - CNPJ: 06.335.487/0001-20
Descrição do Projeto	Ampliação do Sistema de Distribuição de Água João Leite, beneficiando o município de Aparecida de Goiânia/GO.
Setor	Saneamento Básico
Modalidade	Atenuação de Água
Local de Implementação do projeto	Goiânia e Aparecida de Goiânia/GO
Prazo para implementação do projeto	24 meses
Processo Administrativo	00120.07046/2014-32

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015030600056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certifico que este documento da empresa SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO, Nire: 52 30000210-9, foi deferido e arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás. Para validar este documento, acesse <http://www.juceg.go.gov.br/> e informe: Nº do protocolo 15/134212-1 e o código de segurança i51bb. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 25/08/2015 11:52:15 por Paula Nunes Lobo – Secretária Geral.